



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

LUIZ HENRIQUE DE MELO BARBOSA

**UM ELOGIO AO IMPERADOR DOM PEDRO II: UMA ANÁLISE DE JOSÉ
MURILO DE CARVALHO***

CAMPINA GRANDE-PB

2018

LUIZ HENRIQUE DE MELO BARBOSA

**UM ELOGIO AO IMPERADOR DOM PEDRO II: UMA ANÁLISE DE JOSÉ
MURILO DE CARVALHO**

Artigo apresentado à Pró-Reitoria de Graduação em Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Matusalém Alves Oliveira

CAMPINA GRANDE-PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238e Barbosa, Luiz Henrique de Melo.

Um elogio ao imperador Dom Pedro II [manuscrito] : uma análise de José Murilo de Carvalho / Luiz Henrique de Melo Barbosa. - 2018.

32 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação ,
2018.

"Orientação : Prof. Dr. Matusalém Alves Oliveira ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Historiografia. 2. Política. 3. Verdade Histórica.
4. Epistemologia.

21. ed. CDD 907.2

LUIZ HENRIQUE DE MELO BARBOSA

**UM ELOGIO AO IMPERADOR DOM PEDRO II: UMA ANÁLISE DE JOSÉ
MURILO DE CARVALHO**

Artigo apresentado à Pró-Reitoria de
Graduação em Curso de Licenciatura em
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de licenciado em
História.
Área de concentração: Teoria da
História.

Aprovada em: 23/06/2018.

BANCA EXAMINADORA

Matusalém Alves Oliveira

Prof. Dr. Matusalém Alves Oliveira (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

José Emerson Tavares de Macedo

Prof. Me. José Emerson de Macedo (Examinador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Luiz Carlos dos Santos

Prof. Me. Luiz Carlos dos Santos (Examinador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me favorecer todas oportunidades, Eterna gratidão.

A Matusalém Alves Oliveira coordenadora do curso, por seu empenho.

Às minhas três mães, Lala, Nem e Dinha (*in memoriam*), por todo apoio e encorajamento nos momentos difíceis.

Aos meus dois Filhos, Eric e Samuel, sem eles nada faria sentido.

Aos professores do Curso de História da UEPB, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento de minha formação, em especial ao Mestre Jefferson Nunes, pela sua amizade e transmissão de conhecimento em Teoria da História.

À funcionária da UEPB, Arleide pela presteza, paciência e atendimento quando me foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

“Quem controla o passado controla o futuro, quem controla o presente controla o passado”

George Orwell

SUMÁRIO

1	Introdução	9
2	Teoria metodológica.....	10
3	O sujeito histórico: José Murilo de Carvalho.....	11
4	O objeto histórico: Dom Pedro II e seu reinado, a construção do governante perfeito e um elogio ao imperador.....	13
5	O ano de 2007: a política e a imprensa.....	18
6	Como o sujeito constrói seu objeto: pressupostos epistemológicos.....	24
7	Considerações finais.....	27
8	Referências bibliográficas e endereços eletrônicos.....	30
9	Lista de citações	32

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivos compreender a verdade histórica por Koselleck; através da obra de Carvalho apresentar evidências dos motivos a que ela foi escrita; descreve-la através de pressupostos epistemológicos; compreender que o tempo e espaço aqui são um só: a própria obra e seu ano de produção. Utilizando-se de métodos etnográficos, pesquisa-ação, análise de conteúdo, pesquisa bibliográfica e técnica documental.

Palavras-Chave: Epistemologia 1. Imprensa 2. Historiografia 3. Política 4. Verdade Histórica 5.

1. INTRODUÇÃO

Koselleck diz ainda no primeiro capítulo de sua obra, *Estratos do tempo: Estudos sobre História*, na parte específica e intitulada, espaço e história, que sua *tese inicial é a seguinte: espaço e tempo representam como categorias, as condições de possibilidade da História* (KOSELLECK, 2014). Complementa afirmando que o espaço também possui sua história, uma meta-história, que foge ao toque do historiador mas para se tornar espaço de fato, se cria, aqui, uma aporia, pois ele deve ser historicizado. Para tornar o espaço um objeto histórico é preciso um sujeito que o descreva, interprete, crie etc.

No presente artigo a tese de Koselleck expressa na sua configuração do tempo histórico, a saber espaço de experiência e horizonte de espera, perpassa todas as páginas aqui escritas. São a base para se compreender como a história é produzida. Indo um pouco mais além, entender suas supostas intenções e o que dela possa vir a se esperar. Para esse primeiro objetivo, a análise do livro *Dom Pedro II: Ser ou não Ser* será utilizada. Escrita por um dos mais respeitados intérpretes da História Brasileira, José Murilo de Carvalho.

Para que a teoria de Koselleck se permita funcionar, o ano de produção da obra citada será analisado em certos “acontecimentos”. O sujeito histórico, Carvalho, como veremos se tornará também objeto histórico. Uma interpretação da política e da imprensa no ano de 2007, se articulará com a obra escrita por Carvalho que também será dissecada epistemologicamente. Possivelmente, na conclusão desse artigo, ele mesmo, tenha seu próprio espaço-tempo histórico e talvez nós historiadores reconheceremos o nosso lugar como Nietzsche o reconheceu em seu aforismo 307 do livro *Aurora*:

O historiador não tem que se ocupar dos acontecimentos como se passaram na realidade, mas somente como se supõe que tenham ocorrido: de fato, é assim que produzem seu *efeito*. De igual modo só tem que se ocupar dos supostos heróis. Seu objeto, o que se chama história universal: o que é senão opiniões supostas sobre ações que, por sua vez, deram lugar a opiniões e ações cuja realidade, contudo se evaporou imediatamente e não *age* mais senão como um vapor – é um continuo parto de fantasmas nas profundas nuvens da impenetrável realidade. Todos os historiadores contam coisas que nunca existiram, salvo na representação.¹

Desprezamos aqui a ideia contra a história universal, que à época do autor, se refere a história positivista, e, se perscrutarmos bem, veremos que em teoria, toda e qualquer teoria da história se pretende universal, mesmo que preze pelo local isolado,

mesmo que não se assuma “meta- histórica”, para usar o conceito de Koselleck. Demos relevo a sua crítica a pretensão dos historiadores de resgatar o passado, mesmo que não encontrem a verdade histórica, mas criticando a ideia de se aproximar dela, visto que a verdade histórica é um produto do presente.

2. TEORIA METODOLÓGICA

Para Koselleck, História não é apenas fontes, fatos, seu tempo e espaço delimitados. Ela é teoria. A teoria é todo o sustentáculo desse saber, talvez por isso mesmo, ele tenha desenvolvido o tempo próprio da história para além dos calendários e de toda linearidade. O espaço de experiência e o horizonte de espera, a saber respectivamente: o passado atualizado, trazido ao presente pelo presente, pela memória, produzido no presente não apenas por vestígios convertidos em fontes, *a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados (KOSELLECK, 2006).*

A espera, que se encontra também no presente, aquele que ainda não é, *a esperança e o temor, o desejo e a vontade, a inquietação e a análise racional, a contemplação receptiva ou a curiosidade, tudo isto constitui a espera (REIS, 2006).*

Todas as histórias foram concebidas de igual forma, seja qual for o método e mesmo o pensar teórico para Koselleck, *todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou sofrem (KOSELLECK, 2006).*

Essas duas categorias próprias da história vão além dos conceitos, é um acontecer livre do historiador, são meta-históricas. Porém, quando produzidas seu sentido só se pode se dar no presente em que ela se constrói. A história aqui não é o passado, mas a experiência vivida, inclusive inconscientemente, é algo alheio a si também e a expectativa do que a de vir, *a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (KOSELLECK, 2006).*

Aparentemente a história é e sempre foi o presente. Dessa forma o passado e o futuro não se reconhecem, o passado sempre será atualizado, cada presente constrói o seu

próprio passado. E sempre escrito em função de sua expectativa do futuro, que também se encontra no presente.

Apesar de estarem ligadas, uma não pode ser retirada da outra, ao passo que não podem se excluir. Reis afirma que, *a experiência e a espera que suscita soluções novas e que engendra o tempo humano. O futuro não é resultado puro do passado* (REIS, 2006).

Para se fazer história, para que ela aconteça, é preciso existir o espaço de experiência e o horizonte de espera:

Como categorias históricas elas equivalem as de espaço e tempo, assim nossas categorias indicam a condição humana universal, ou se assim o quisermos, remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história seria impossível ou não poderia se quer ser imaginada.²

O que Koselleck quer dizer com a citação acima é que a história, escrita ou vivida, se desenvolve inextricavelmente inseridas nessas duas categorias que ele aponta. Os seres históricos estão irremediavelmente presos a seus presentes, único tempo possível, o sentido histórico factível é dado, escrito, pensado e vivido pelo presente: lugar onde todo o passado e espera do futuro se realiza.

Metodologicamente pode se dizer que está é uma pesquisa etnográfica, já que busca a compreensão de processos do cotidiano, do presente; pode ser também uma pesquisa-ação, pois a busca aqui é um “apontar” para determinada situação, para modificar algo; e ainda pode ser uma análise de conteúdo, em que se busca compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações; e, obviamente, uma pesquisa bibliográfica, servindo-se de livros, notícias e mídias em geral. E para tais fins utilizando-se de técnica documental.

3. O SUJEITO HISTÓRICO: JOSÉ MURILO DE CARVALHO

Em 11 de março de 2004, José Murilo de Carvalho, aos 65 anos é eleito o sexto ocupante da cadeira nº 5, sucedendo Rachel de Queiroz na Academia Brasileira de Letras. Sendo recebido em 10 de setembro do mesmo ano. Em seu discurso de posse, ficou claro o porquê se tornou membro da ABL, com erudição e eloquência discursiva longamente sobre a honra de fazer parte da instituição, de sua história, de alguns de seus membros e fala sobre cada um dos outros cinco ocupantes anteriores da cadeira que passava a ocupar

a partir de então. Talvez fosse isso que faltasse em sua carreira intelectual, tinha plena consciência do que começava a fazer parte: em qualquer das costumeiras listas dos dez principais intérpretes do Brasil, pelo menos cinco ou pertenceram ou pertencem à Academia.

Carvalho nasceu em 8 de setembro de 1939, em Andrelândia, no estado de Minas Gerais. Filho de Sebastião Carvalho de Sousa e Maria Angélica Ribeiro. Sua carreira intelectual e acadêmica é admirável: bacharel em Sociologia e Política pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Em 1965; especialista em Metodologia de Pesquisa pela Universidade de Michigan, em 1967; mestre em Ciência Política pela Universidade de Stanford, Califórnia, em 1969 e PhD em Ciência Política também pela mesma instituição, em 1975; pós-doutorado pelo Departamento de História da Universidade de Stanford, em 1976-77; pós-doutorado pela Universidade de Londres, em 1982.

Como docente e pesquisador trabalhou em várias universidades, sendo professor adjunto no Departamento de Ciência política na UFMG ainda em 1969; foi professor visitante no Departamento de Antropologia, Museu Nacional, UFRJ, em 1992; participou de docência e pesquisas também no exterior: Estados Unidos, Inglaterra, Holanda, França. Palestrou ao longo Brasil e do Mundo, sendo ouvido na América, Europa e África. Foi diretor, coordenador, chefe de departamentos, programas de pós-graduação e associações de pesquisa. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1995; sócio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; membro da Academia Brasileira de Ciências, 2003.

Ganhou inúmeros prêmios e bolsas de estudo, esta última, ainda na graduação, por exemplo, e dentre os prêmios mais importantes: melhor livro de Ciências Sociais em 1987, com *Os bestializados*; Medalha de Honra da UFMG; prêmio Almirante Álvaro para Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT), 2009.

Orientou dessemelhantes teses e dissertações, em universidades distintas. É autor de dezenas de livros, participou de obras coletivas profusas. Artigos publicados em periódicos devem chegar às centenas. Enfim, José Murilo de Carvalho é sem dúvida alguma, um dos maiores intelectuais, eruditos que nosso país possui. É mais um intérprete do Brasil. Alguém que já disse muito e, não obstante, sua abundante produção científica,

não foi muito escutado, dada a cultura que possuímos em não ler. E talvez ainda tenha muito a falar.

4. O OBJETO HISTÓRICO: DOM PEDRO II E SEU REINADO, A CONSTRUÇÃO DO GOVERNANTE PERFEITO E UM ELOGIO AO IMPERADOR

O livro Dom Pedro II: Ser ou não Ser, faz parte de uma coleção lançada pela Companhia das Letras intitulada Perfis Brasileiros. Coleção que traz biografias de personagens aclamados pela História brasileira, tais quais o próprio pai de Pedro II, Dom Pedro I, Getúlio Vargas, Antônio vieira, Castro Alves entre outros. Sendo Carvalho um dos maiores conhecedores da História Imperial do Brasil, não deve ter sido difícil a escolha feita pela editora Schwarcz de tê-lo como intérprete do homem que governou o país por quase meio século.

A obra foi publicada no ano emblemático de 2007, coordenada por Elio Gaspari e Lília M. Schwarcz. É dividida em 31 capítulos, todo intitulados. Como não poderia ser diferente em uma biografia, possui iconografias, entre pinturas, charges da época e fotos do Imperador e de personagens que o cercavam; possui cronologia de fatos ocorridos no Brasil e no mundo começando com o nascimento do monarca em 1825 no Rio de Janeiro e tendo seu ocaso com a sua morte no ano de 1891, em Paris, há ainda um índice onomástico e indicações bibliográficas originalmente escritas em forma de texto, transcritas por 8 páginas que demonstram o caráter erudito do autor, citando numerosas fontes como documentos oficiais de museus, exemplo: 43 volumes que formam o diário do Imperador, milhares de cartas, documentos de Estado e diversificados livros já escritos por biógrafos e historiadores distintos.

A análise exposta nesta parte do artigo é mostrar como o sujeito historiador constrói seu objeto histórico: quem foi Dom Pedro II, Pedro d'Alcântara? Onde termina o Imperador e começa o republicano ou mesmo o homem da ciência? Como a vida do monarca está ligada ao Império, como se seu caráter moral se estendesse, no desejo de tornar o que Carvalho afirma, o sistema corrupto por sua natureza, um sistema

republicano, que como o próprio nome diz, para o povo. Uma análise tal qual uma leitura, vindo do texto, sem subjetividade, se é que algo assim é possível.

O título do livro já diz muito: D. Pedro II: Ser ou não Ser. Carvalho pretende mostrar a dicotomia em que se passa a vida de Pedro: destinado desde o berço ao governo do Brasil, educado para governar, mas sendo concomitantemente criado um homem das letras, das ciências. Com uma moral ou traumas da infância que o faziam detestar o Poder, mas que por conta de sua educação moral governou o país como um “monarca esclarecido”, tentando conciliar o cidadão com o Imperador. Uma curta sentença de Carvalho sobre D. Pedro, talvez sirva para resumir, reassumir e dar ênfase a este parágrafo: foi um Habsburgo perdido nos trópicos.

A política imperial do Brasil também é construída na obra e muitas vezes inseparável do Ser ou não ser Pedro, Dom ou d’Alcântara e o foco é esta personagem e o império visto como por trás de uma cortina de pano transparente. Sendo assim, a partir da figura de D. Pedro II escrito por Carvalho, podemos chegara sua intenção quando escreve sobre o Imperador e o cidadão Pedro d’Alcântara. A pergunta neste momento é, como D. Pedro é visto pelo historiador?

Para responder ao questionamento aqui criado, vale ser feito um breve resumo da construção educacional do príncipe e uma breve exposição do que era a corte imperial durante seu governo. Depois analisaremos dois capítulos da obra, que deixarão claro como o autor vê essas duas figuras contidas em uma só e seus supostos propósitos ao ter escrito o livro na segunda metade da primeira década deste século. Os capítulos são: Auto retrato e O bolsinho imperial.

Pedro d’Alcântara foi aclamado Imperador do Brasil com ainda 5 anos de vida. Órfão da nação como passou a ser chamado, pois havia perdido a mãe com um ano e o pai aos 9. Com a idade de 5 anos não podia governar, sendo então o país governado pela Regência. Um Imperador que não governa, de fato, mas desde pequeno educado para ser um governante. Sua infância, diz Carvalho, foi triste, mesmo tendo nascido em berço de ouro. Possui alguns tutores dentre os quais se destacou o Marquês de Itanhaém.

A educação de Pedro, podemos dizer, era iluminista. Em trechos das instruções do Marquês, seu tutor, fica claro isso. Entre monarcas e o povo ordinário não há diferença natural, mas sua categoria civil está acima da do povo. Ele deveria ser justo, sábio preocupado com o desenvolvimento da nação. Ser um estudioso das ciências.

Sua vida até assumir o controle do Brasil era de extrema disciplina aplicada por seus tutores, coisa que o levou consigo para sempre. Uma infância de estudos e preparação para ser um Imperador perfeito, diferente do pai Pedro I, que era absolutamente distinto do filho enquanto governante. Carvalho diz que Pedro, o filho, deveria ser guiado pela razão para não agir como Pedro, o pai, guiado pelos sentimentos. Uma formação ilustrada, enfim.

Aos 14 anos D. Pedro assume o governo do país, sendo antecipada sua maioridade, diz-se que era um menino tímido, recluso, talvez por inexperiência. Mas logo saberia tomar decisões por si mesmo e por conta de sua educação e integridade moral, se tornaria um homem politicamente correto, diferente dos corruptos ministros, senadores e deputados, cuja falta de ética política, o Imperador conhecia muito bem.

A corte no Brasil durante o governo de Pedro II tinha um caráter excêntrico: enquanto nos tempos de seu avô D. João VI se gastava muito com bailes, criados e havia muita ostentação do Reino, a corte de seu neto praticamente inexistia. Foram poucos bailes existentes, o beija mão, adotado no começo do governo logo foi extinto, pois não agradava a Pedro. Ostentação de seu poder imperial também não havia, no Palácio de São Cristóvão, viam-se poucos criados e para ser atendido pelo Imperador não havia burocracia alguma.

Carvalho dedica um capítulo da biografia do monarca a esse assunto: Monarquia sem corte. Ele afirma que o período regencial eliminou este aspecto das monarquias, tão necessárias para a sustentação desses regimes. Afirma ainda que o único e verdadeiro monarca dos trópicos, foi D. João VI. Mas a personalidade de D. Pedro também contribuiu para que seu Império fosse dessa forma.

Por toda a obra percebemos o bom tratamento dado ao objeto histórico por seu sujeito, mas nos capítulos Auto retrato e o O bolsinho imperial, vemos o elogio de Carvalho ao Imperador de forma bem clara. O autor afirma que todos que o biografaram foram generosos e apenas durante seu governo que duras críticas aparecem em panfletos e jornais, sendo elas de cunho político ou de desmoralização pessoal.

Em Auto Retrato, Carvalho cita os 43 cadernos que constituem o diário de Pedro: muitas páginas, a grande maioria delas são compostas de anotações de atividades diárias, leituras, conversas, nada muito pessoal, como confissões ou revelações. Mas no caderno IX que começou a ser escrito em 31 de dezembro de 1861 e termina em 5 de janeiro de

1863, Carvalho diz que ele tentou fazer algo diferente, mais pessoal, mesmo autobiográfico.

O interessante nesse caderno é perceber o homem íntegro que foi D. Pedro, pondo em conflito o cidadão e o Imperador, que ao mesmo tempo não gostando da vida que lhe foi destinada como governante, tinha que seguir sempre correto, fazendo com que o conflito entre estes dois personagens, dessa forma, se tornassem um. Para D. Pedro e em suas próprias palavras, *o amor deve seguir estes graus de preferencias: Deus, humanidade, pátria, família e indivíduo* (CARVALHO, 2007). O que revela muito do contraste de sua posição política, de suas vontades é realmente surpreendente para um imperador:

Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e, a ocupar posição política, preferiria a de presidente da República ou a de ministro de imperador. Se ao menos meu Pai imperasse ainda estaria eu há 11 anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo.³

O capítulo segue com longas citações do seu diário, em que Pedro afirma honrar a constituição e que ela era para ele uma segunda religião. Discorre sobre a natureza política no Brasil, não acredita que ela possa se dar aos interesses particulares em vez de servir toda a nação. Fala sobre a liberdade de eleição e da imprensa, diz que é a maior necessidade política do país e que sem essa liberdade não pode haver sistema constitucional verdadeiro e quem for contra, o ministério que for contra é o maior inimigo do Estado e da Monarquia.

Era segundo Carvalho, um verdadeiro fiscal do governo. Inspecionava sempre seus ministros e como iam as coisas governamentais. Também sempre se mantinha mais informado do que os políticos. Era um idealista na política, pois não concordava com o que via. Tinha aprendido a política de forma diferente. Ao que parece, Carvalho escreve a figura de um Imperador, de um chefe da nação, como hoje e em outras ocasiões da história política brasileira não tivemos:

A ideia de que o imperador fazia da natureza da política conflitava com a dos ministros. D. Pedro não a via como conquista e manutenção do poder. Tinham lhe ensinado alguns bons princípios de bom governo e os deveres do bom governante, mas não lhe falaram sobre a natureza concreta da luta política, sobre o peso dos interesses, sobre a arte da política. Certamente Maquiavel não estava entre os autores que lhe recomendaram, e, apesar de ser leitor voraz, não consta que tenha lido *O príncipe*. Para ele, a política devia ser uma atividade da “razão livre de paixões, tanto quanto os homens a podem alcançar”. A racionalidade da política limitava-se à busca do bem coletivo, em preferência ao interesse individual.⁴

A outra preocupação do monarca se encontrava na liberdade de imprensa. Carvalho diz que diplomatas estrangeiros achavam estranho a maneira como Dom Pedro tratava a imprensa. Para ele, o Imperador, a liberdade total dos jornais era imprescindível ao governo. Era lendo o que a imprensa escrevia que ele tinha conhecimento do que estava acontecendo. Em outro capítulo, Carvalho apresenta as próprias palavras do Imperador sobre a imprensa:

“Entendo que se deve permitir toda a liberdade nestas manifestações [...] pois as doutrinas expendidas nessas manifestações pacíficas ou se combatem por seu excesso, ou por meios semelhantes, menos o excesso. Os ataques ao imperador [...] não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo ou desabafo partidário”⁵

A imprensa da época se aproveitou de suas ideias e o atacavam constantemente. Um fato interessante que Carvalho afirma, é que *ministros costumavam patrocinar jornalistas para que defendessem suas políticas, e até os melhores (CARVALHO, 2007)*. Será que esse costume político mudou ou apenas mudaram seus personagens?

O capítulo O bolsinho imperial é bem mais intrigante e surpreendente. Ele responde muito o porquê da monarquia brasileira sobre o comando de Dom Pedro II ser da forma que parecia ser. Mesmo sem exaltados e explícitos elogios, as pretensões de Carvalho se mostram tanto na apresentação de um governante perfeito ou quase perfeito e na sua busca pela verdade histórica contida nos documentos.

O bolsinho imperial, como se dizia, era a dotação da família imperial, que era realmente modesta: oitocentos contos por ano. Não importa a conversão para os dias de hoje, para sentirmos quão modesta ela era, mas basta repassar a informação de Carvalho, que diz esta cota corresponder a apenas 3% da despesa do governo no início do reinado e a 0,5%, no final, pois o próprio Imperador não aceitou que houvesse aumento.

Para reduzir gastos o monarca cortou cargos ditos por Carvalho, inúteis, tais como: camareiro-mor, estribeiro-mor, rei de armas etc., e sua dotação era gasta em muitas doações: esmolas dadas aos sábados para os pobres de São Cristóvão, por exemplo. Carvalho diz que era uma espécie de bolsa família em pequena escala. Também havia doações em forma de bolsas de estudo no país e no exterior.

As viagens feitas por Dom Pedro no Brasil, na Europa e por outras partes do mundo foram realizadas através de empréstimos, pois ele não aceitava fazê-las com dinheiro público. Esses empréstimos foram tantos que chegaram ao número de 24 durante o seu reinado e que empréstimo feitos após seu exílio continuaram e não estavam pagos depois de sua morte. O que é surpreendente

eram as doações de sua dotação aos cofres públicos, chegando em 1867 a doar 25% dela como contribuição às finanças da guerra contra o Paraguai.⁶

Dessa forma se explica, em certo ponto, até mesmo a ausência de corte no país. Era um homem simples Pedro d'Alcântara, um governante exemplar. É essa imagem que Carvalho faz do Imperador. Mas como a história está intimamente e inextricavelmente ligada ao presente, o que teria motivado a publicação dessa obra no ano de 2007? A seguir é apresentada algumas hipóteses que parecem corroborar com a análise feita da obra.

5. O ANO DE 2007: A POLÍTICA E A IMPRENSA

Já havia sido dito que o ano de 2007 foi emblemático, mas não o porquê. E resposta pode ser dada por dois acontecimentos, um no Brasil e outro na Venezuela: que correspondem, respectivamente, com o início do segundo governo de Lula, reeleito nas eleições do ano anterior e o fechamento da emissora de TV mais antiga da Venezuela, a *Radio de Caracas Televisión* (RCTV).

Ao construir o Imperador D. Pedro II, mesmo tendo como base um enorme número de documentos históricos e diversas outras fontes bibliográficas, Carvalho parece estar voltado para o presente. A reeleição de Lula com certeza não foi agradável para inúmeros setores brasileiros, incluindo é claro, a imprensa, sendo mais específico: A Rede Globo de Televisão ou mesmo todo o grupo Roberto Marinho e por exemplo, a Revista Veja.

Voltando um pouco ao ano de 2003, quando Lula começou seu primeiro mandato, as empresas de Roberto Marinho iniciaram um ataque televisivo agressivo contra o governo. Agressivo, pois nunca antes, a TV brasileira ousou tanto criticar em todos os sentidos um líder governamental. Tornou-se um quadro do jornal nacional, as charges animadas que ridicularizavam o presidente e seus aliados. Intelectuais respeitados, como Arnaldo Jabor e Jô Soares, começaram a fazer comentários criticando o governo e Lula sem explicações maiores.

Outra coisa que nunca antes na história política brasileira havia ocorrido, foi a exposição da corrupção interna no Congresso em 2005: o escândalo nomeado Mensalão. Não se falou em outra coisa durante muito tempo ou para ser mais preciso, até a renúncia do ministro José Dirceu, parecia ser implicitamente a intenção de expor tais atos

corruptos, sendo o ministro um dos grandes, se não o maior articulador da política do governo do PT na época. Talvez desde o período do regime militar, a imprensa não tinha mostrado tanta força de formadora de opinião – política – quanto naqueles anos. O mundo assistiu e criticou a corrupção que acontecia no Brasil. Parecia que antes nunca havia ter ocorrido corrupção no país. Carvalho em entrevista aparentemente tendenciosa a Revista Veja em dezembro de 2007, quando questionado sobre se a corrupção no Brasil aumentou ou houve maior controle, afirma que a corrupção no governo Lula havia aumentado, pois desde o Império, corrupção fazia parte do sistema político brasileiro, era a natureza do sistema político e não casos de corrupção particular, individual. É profícuo expor toda a sua resposta em forma de citação:

Veja – Hoje existe mais corrupção no Brasil ou há mais controle e mais transparência nos atos públicos?

Carvalho – A corrupção aumentou, sim. Quando os republicanos falavam em corrupção no Império, a referência não era às pessoas, mas ao sistema em si, no sentido de que ele não funcionava. Em 1930 se chamava República Velha de corrupta, mas também no sentido de que o sistema era corrupto, não as pessoas. A ideia de corrupção individual entrou no Brasil sobretudo contra Getúlio, quando a UDN começou a acusa-lo. Essa reação a Getúlio se estendeu a Juscelino, que foi o primeiro presidente realmente gastador da história do Brasil. Com os governos militares, o estado cresceu. Quando crescem o estado e os bens disponíveis nas mãos dele, as oportunidades de corrupção aumentam enormemente. E, atualmente, ela é mais extensa e mais sistemática do que em outros tempos.⁷

A carta que o Marechal Deodoro enviou a Dom Pedro um dia após a Proclamação da República dá ênfase a ideia de Carvalho, sobre o sistema e não as pessoas serem corruptas. Ora, a intenção do Marechal não era mudar a população, mas o sistema de governo e ela parece mostrar também, os interesses de uma esfera específica de todo o sistema governamental, que nesse caso, era o militar. Eis a carta para que podemos analisa-la junto com a resposta de Carvalho:

Senhor, os sentimentos democráticos da nação, há muito preparados, mas despertados agora pela mais nobre reação de caráter nacional contra o sistema de violação, de corrupção, de subversão de todas as leis. Exercido em um grau incomparável pelo ministério 7 de junho; a política sistemática de atentados do Governo Imperial nestes últimos tempos, contra o exército e a armada, política odiosa à nação e profundamente repelida por ela; o esbulho dos direitos dessas duas classes, que em todas as épocas têm sido, entre nós a defesa da ordem, da constituição, da liberdade e da honra da pátria; a intenção manifesta com atos dos nossos ministros e confessada na sua imprensa de dissolve-las e aniquilá-las, substituindo-as por elementos de compressão oficial, que foram sempre, entre nós, objeto de horror para a democracia liberal, determinaram os acontecimentos de ontem, cujas circunstancias as conheceis e cujo caráter decisivo certamente podeis avaliar.⁸

Claramente o clamor do Marechal é a defesa de sua classe militar. A revolta contra o ministério 7 de julho, aparentemente o pivô de todo o desencadeamento até o 15 de novembro, se refere ao último ministério imperial, liderado por Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto. Um ministério liberal em um império que se alternou entre gabinetes liberais e conservadores, mas que exercia o parlamentarismo desde 1847. Ainda contra as palavras do Marechal, que clamam por uma unidade democrática, a República e que corroboram com as Palavras na resposta de Carvalho à Veja, sobre o sistema ser corrupto, um contemporâneo dos tempos do Império discorda da ideia dos dois; Rojas Paúl, presidente da Venezuela na época, *resumiu a queda da monarquia brasileira em uma única frase: “foi-se a única república da América”*. (NARLOCH, 2011). Narloch ainda diz que a liberdade política no Brasil atingiu seu ponto alto no governo de Dom Pedro II e que havia certo temor em revoluções democráticas se referindo à países vizinhos, *quando esses homens chegavam ao poder, fechavam jornais, interrompiam eleições e praticavam atrocidades contra os inimigos e o povo em geral*. Coisa parecida fez o marechal, segundo o mesmo autor,

A liberdade política que o Império possibilitou foi embora com ele. Em 23 de dezembro, pouco mais de um mês depois do início do novo regime, o marechal Deodoro da Fonseca instituiu a censura previa. Uma junta de militares passou a avaliar os jornalistas que ameaçavam o novo regime.⁹

Voltando a resposta de Carvalho a Revista Veja, o que parece ter realmente ocorrido não foi uma mudança de um sistema corrupto passando para pessoas, indivíduos corruptos, mas como disse com bom humor Luiz Fernando Veríssimo no seu livro, *O Mundo é Bárbaro e o que nós temos a ver com isso, a diferença da corrupção no Brasil nos tempos já das transmissões televisivas é que antes a imprensa era amiga e em 2005 nem tanto (VERISSIMO, 2008)*.

A oposição de Roberto Marinho a Lula não era recente. Nas eleições presidenciais de 1989, a Rede Globo manipulou o tempo de transmissão do debate decisivo com os candidatos a presidência, favorecendo a Collor de Mello, a denúncia foi feita no documentário *Muito Além do Cidadão Kane*, do canal britânico BBC e que foi proibido de ser exibido no Brasil pelo próprio Roberto Marinho. No mesmo documentário, Chico Buarque diz, referindo-se ao fundador da Rede Globo, que é assustador um homem com tanto poder em um país. Há poucos anos atrás, talvez pela disseminação do documentário através da internet, Boni, já ex-funcionário do canal confirmou a manipulação do debate.

Em 2007 a vitória de Lula não representou uma derrota apenas para o PSDB, mas para a empresa Globo. Seus ataques contra o governo, suas denúncias de corrupção não impediram que Lula fosse reeleito. Os boatos jornalísticos que circulavam no ano eram de um possível terceiro mandato de Lula. Carvalho na entrevista já citada a Revista Veja tem uma boa explicação para o fato, em uma mais uma pergunta tendenciosa e em uma resposta inacreditavelmente triste, vinda de um dos interpretes do país como é José Murilo de Carvalho:

Veja – Que concelhos o senhor daria ao político que quiser desbancar o candidato de Lula em 2010?

Carvalho – Assim como Lula teve de adotar o compromisso com a estabilidade econômica para se eleger pela primeira vez, quem quiser derrotá-lo terá de convencer o povo de que não vai mexer nas políticas sociais. Esse candidato vai ter que dialogar com o povão. Se ele se pautar apenas por temas de apelo junto à classe média, à opinião pública, como combate à corrupção, estará perdido. Opinião pública não elege mais presidente. A reação contra a corrupção é algo muito específico da classe média, de gente que paga imposto e não vê nada sendo retribuído. Do ponto de vista de quem está recebendo o Bolsa Família, a questão da moralidade política vem em segundo lugar. Para quem vive em um mundo de necessidades, moralidade é luxo.¹⁰

Para Carvalho, o mérito do governo Lula não estava em sua capacidade como um grande governante que foi Pedro II. Mas em uma política que ajudou o “povão”, que segundo ele, está alheio aos atos de corrupção, que não paga impostos. Afirmar ainda que opinião pública não elege mais presidente é algo que não chegamos a entender. Talvez o que elegia antes, o que formava a opinião pública fosse a manipulação televisiva. O escolher “o que deve ser mostrado” ao povo. Em entrevista concedida ao jornal o Globo, Laurentino Gomes diz:

A corrupção é característica do comportamento humano, não faz parte de um código genético nacional. É um equívoco atribuir à colonização portuguesa uma responsabilidade maior na corrupção do Brasil.¹¹

No ano de 2016, Pedro Corrêa, delatou um esquema em que empresários pagaram a deputados para mudar a constituição um ano antes das eleições de 1998, para que Fernando Henrique Cardoso pudesse ter direito a reeleição. Acontece que a denúncia foi feita no mesmo ano de 1997 pelo jornal folha de São Paulo, mas a repercussão nacional não houve, como costumam dizer, a notícia foi “abafada”. Já no ano de 2007, FHC foi questionado sobre o ocorrido pelo próprio jornal folha de São Paulo, sua resposta: *“houve compra de votos? Provavelmente. Foi feita pelo governo federal? Não. Pelo PSDB não foi. Por mim, muito menos”* (LIMA, 2016). A matéria no site Carta Capital, trás ainda um

link para um trecho do documentário *Mercado de Notícias* onde o jornalista Fernando Rodrigues relata o descompromisso da mídia com a denúncia.

O Imperador amigo da imprensa no período do Império, parece ser um forte aliado nos anos de 2007. Em maio deste mesmo ano, mais precisamente no domingo dia 27, Hugo Chávez, em um ato nada democrático, fechava a emissora RCTV, a mais antiga da Venezuela e com todos os equipamentos dela iria inaugurar uma emissora financiada pelo Estado: a televisão socialista TVSE. E o Imperador tinha um sonho de um jornal oficial que não se realizou. Mesmo com 70% de desaprovação popular, o presidente venezuelano, cumpriu o esperado, terminando as transmissões da RCTV à meia noite do dia 27 de maio de 2007. Será que algo semelhante poderia ocorrer no Brasil? Bem, não ocorreu, mas alguns podem ter temido que acontecesse.

A entrevista de Carvalho concedida a *Veja* tem como tema principal, a ideia de grande potência que o Brasil segundo ele, sempre teve e que nunca deu certo. E aponta políticas externas do governo Lula como relação a envio de tropas ao exterior e a participação na ONU. Afirma que o país não se encontra pronto para tal e que uma mudança significativa está longe de acontecer. O mais intrigante é sua posição em relação a esta política que é exposta em frase destacada pela revista: *O nacionalismo associado aos ideais de grande potência sempre foi aliado do autoritarismo*. E mais interessante ainda é o questionamento da revista sobre sua opinião entre as relações de Chávez e Lula. Eis a pergunta e a resposta:

Veja – O senhor vê em Lula alguma inclinação a arroubos autoritários como os de Chávez?

Carvalho – Há uma armadilha aí. Os escândalos políticos não colaram no presidente porque ele é um distribuidor de benefícios. No atual mandato, a instituição que mais se desmoralizou foi O Congresso. Se você tem uma economia melhorando, um presidente com apoio popular e um Congresso desmoralizado, qual o resultado? A América Latina está nos mostrando o risco. Isso tem a ver com a discussão sobre o terceiro mandato. Um plebiscito como Chávez fez, para saber se a população quer ou não mais um mandato para Lula, pode acontecer aqui. Creio que temos uma maturidade democrática bem mais sólida do que a Venezuela. Mas a minha impressão é que o presidente vai jogar com essa dúvida até bem próximo da eleição. Politicamente, é interessante para ele, para desorganizar a oposição, deixar no ar se vai se candidatar ou não.¹²

Essa resposta não fala nem um pouco do que Chávez fez com a RCTV, mas expõe seu autoritarismo e de certa forma qualquer atitude dele é autoritária. Um risco a democracia não só para o Brasil, mas para a América do Sul.

O que fica fora de questão fazendo um paralelo entre os governantes Pedro II e Lula é que nenhum governa sozinho como alguns podem vir a pensar. A figura do monarca feita por Carvalho deixaria Lula como um simples líder sindicalista que ele foi um dia. Mas Pedro II era absolutamente contra a escravidão, mas ela durou 48 do seu governo de 49 anos. O próprio Carvalho afirma que movimento popular contra a escravidão ganhou força a partir de 1880. E a República pode ter vindo de um descontentamento da lei áurea, como a “gota d’água”. Voltando a Lula, ele fez algo que parece não ter sido percebido com bons olhos: uma política social. Carvalho afirma, mas diz que tal política se iniciou no governo de FHC.

Enfim, o propósito do livro e da entrevista é afirmar que durante o Império houve mais república que nos dias de hoje, assim como a corrupção ter sido um problema de um sistema e passou a ser algo particular, pessoal. Carvalho afirma isso em sua última resposta a Veja sobre corrupção:

Veja – O senhor vê alguma saída para esse problema?

Carvalho – O que aconteceu no caso do mensalão mostra que o problema da corrupção perpassa praticamente todos os setores da sociedade, do governo e fora dele. Ocorre então essa sensação quase de fatalismo de que a gente não tem o que fazer, de que isso é nosso, feijão com arroz, coisa brasileira. Quando tomamos a expressão república no sentido preciso da palavra, de coisa pública como no modelo antigo, romano, de república, percebemos que estava presente a preocupação com o bem público, com a honestidade no trato com o bem público. Paradoxalmente, esses ideais republicanos estiveram muito mais presentes no Império, com dom Pedro II. A nossa República está muito longe disso. Não vejo solução a curto prazo.¹³

Tal entrevista, os discursos emergentes que tentam institucionalizar a verdade seja do passado ou no presente, o que esperam do futuro, a corrupção que não nasce em um sistema, a própria obra em si e sua suposta intenção, parece-nos um problema histórico, e, um problema que vem de cima, como acusa Nietzsche;

Era de crer que a história encorajasse os homens principalmente a serem honestos, mesmo que honestos imbecis; foi sempre essa a sua função, mas não é o que ocorre no nosso tempo. Cultura histórica e sobrecasaca burguesa andam de mãos dadas. Numa época em que se fala como nunca, solenemente da “personalidade livre” não se veem personalidades, quanto mais personalidades livres, somente homens de tipo universal, ansiosamente agasalhados.¹⁴

Tiremos os agasalhos, amigas e amigos historiadores – vamos sentir o frio ou nos aquecermos com o uma outra história.

6. COMO O SUJEITO CONSTRÓI SEU OBJETO: PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

A formação do sujeito histórico, José Murilo de Carvalho não é de historiador, e, sendo dessa forma, ele faz abordagens históricas, digamos, únicas, ao tratar de seu objeto histórico. Como o próprio Carvalho afirmou em entrevista ao renomada Revista Tema Livre, sua formação intelectual é única:

Tenho uma formação meio anfíbia. Minha formação acadêmica se deu na área de Ciências Sociais, sobretudo da ciência Política. Minha pesquisa se dá, sobretudo, na área da história política e da história social das ideias. Essa mistura incomoda, porque não vejo problema em combinar as duas coisas. A ciência social serve para melhor trabalhar o lado conceitual que vai servir para melhor costurar a narrativa histórica. A combinação, se bem usada, pode eventualmente gerar maneiras novas de abordar certos problemas, de interpretar evidências. É isso o que tenho feito.¹⁵

Ao ler suas obras podemos encontrar traços da terceira geração dos *Annales*, uma história ligada às mentalidades, ideias que começam a aparecer pouco depois de sua formação acadêmica na década de 1960; podemos ver também, como diz Francisco FootHardman, em nota no livro *Os Bestializados*, que ele faz uma *história social e literária, antropologia urbana, crítica cultural, análise política*. (CARVALHO, 1987) Assim, os pressupostos epistemológicos em teoria biográfica; o trato do objeto que o fazem se aproximar das ideias rankianas, como veremos, em sua maneira de tratar os documentos e sobre a história política; e ainda exporemos sua obra em relação às ideias de Nietzsche presentes nas suas considerações extemporâneas.

Mais especificamente, a obra é uma biografia tendo também seus pressupostos que devem ser enfocados. Para falar em biografias nos é útil as informações contidas no artigo de Ewerton Fernando Pimenta, bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, texto baseado no primeiro capítulo de sua monografia.

Se valendo das ideias de Peter Burke, Ewerton Pimenta diz que o termo biografia tem origens entre os gregos, mesmo os ensaios biográficos, terem começado na Europa posterior ao século XVII, vem do grego βιογραφία (*biographia*), que quer dizer “escrever vidas”.

Pimenta escreve trazendo as ideias de Benito BissoSchimidt falando do sucesso das biografias na atualidade:

Afirmar que uma possível explicação para o mesmo relaciona-se ao fato de que, nas sociedades contemporâneas, há em curso uma perda de referenciais ideológicos e morais o que impulsionaria a busca por modelos no passado, a fim de orientar as condutas do presente.¹⁶

É justamente isso que Carvalho faz ao escrever Pedro II, vendo as crises de corrupção que eram expostas pela mídia e mostrando um governante perfeito, um referencial, um arquétipo.

Pimenta ainda cita a obra *A Ilusão biográfica* de Pierre Boudieu, que critica a ideia de biografia:

Tal concepção tem como característica básica de que a história de vida ocorreria sem sentido linear, na qual o indivíduo nasce, cresce, se desenvolve e morre, de forma que todo o turbilhão de acontecimentos ocorridos durante uma existência fluíssem numa rede de eventos organizados em torno do próprio fim da história. A biografia, nesse sentido, passaria então a assumir um tom de história fechada, estável e organizada em razão de seu final, para o qual tem-se a impressão de o indivíduo estar predestinado.¹⁷

Não é para menos, a grande maioria das biografias começa com o nascimento e tem seu ocaso com a morte do biografado, esse, quando já falecido. O que chama atenção é a ideia de linearidade dada ao gênero, criando pontes que interliguem os acontecimentos. Pressupostos presentes na obra analisada.

Passando da especificidade do que pode ser a biografia, é pertinente agora tratar das questões ligadas ao tratamento do sujeito dado ao objeto, Carvalho e Dom Pedro II.

Carvalho trata de seu objeto, no caso um sujeito, através de inúmeras fontes como já foi citado anteriormente. Sendo ele especialista em metodologia de pesquisa não deve ser muito difícil acreditar nas fontes como representações dos acontecimentos e organiza-las de forma brilhante para escrever sua trama histórica.

Podemos ver assim, ideias de Ranke presentes em sua obra. Primeiramente, mesmo sendo uma biografia, a obra é de um sujeito histórico político, participante da história do Estado brasileiro, sempre lembrado e aclamado na nossa História; segundo, é um livro também sobre a história imperial brasileira e não seria para menos, sendo o autor um especialista no assunto; terceiro, a crítica das fontes com que ele trabalha, o modo como de ter trabalhado com elas, a busca da verdade histórica sobre Pedro II.

Ranke se interessava por este tipo de História. Como diz Reis, *se interessava pela originalidade de um povo, de um indivíduo, pela psicologia dos grandes homens políticos.*(REIS, 2004) O que Carvalho faz era a pretensão de Ranke que via o Estado como representação da ideia (Geist) hegeliana e através de métodos hermenêuticos,

poderia ganhar inteligibilidade no mundo sensitivo. É obvio que Carvalho rejeite tal concepção a muito substituída pelo materialismo histórico de Marx e já superado também pelos semiologistas e estudiosos da linguagem. O que parece seduzir Carvalho é a busca da verdade histórica sobre seu biografado. Uma aparente diferença é a ideia de neutralidade de Ranke, em que a história se dar por ela mesma, sem a interferência do sujeito. Carvalho toma posição e defende o monarca. Mas não era isso que a história metódica fazia, exaltar as figuras do Estado?

Dom Pedro II, para Carvalho e suas fontes é um governante ideal, perfeito, exaltado ao máximo. É dessa forma que o imperador é criado, moralmente correto, íntegro, mas falho como qualquer ser humano, o que se deixa escapar em coisas do Pedro d'Alcântara na obra, mas não no Dom Pedro II, esse último que mesmo sendo abolicionista, deixou a escravidão continuar esse mesmo que levou uma nação a quase um povoado, no genocídio da guerra do Paraguai. Mas entrar nessas questões nos colocaria de igual forma que Carvalho, só que no sentido contrário.

Nas vantagens e desvantagens da história para a vida, Nietzsche aponta 3 atitudes negativas do historiador: a monumental, que busca no passado os modelos para o presente, o passado é o ideal e o presente, precário; a antiquária, história que busca o passado na sua catalogação, acumulação de fontes e mais fontes, venerar o passado em seus detalhes; e a crítica que acusa o passado racionalmente, Reis diz que essa é a atitude da ciência moderna, a história aqui se torna objetiva livre de toda e qualquer subjetividade.

Essas 3 atitudes de que Nietzsche fala, estão presentes na obra Dom Pedro II: Ser ou não Ser: o passado é mais que o presente, o trato documental é extenso, o Pedro criado por Carvalho quer ser o espelho do Pedro que não é nosso contemporâneo. O que pode parecer contraditório, mas realmente não é, fica bem definido em poucas frases de Carvalho sobre a História, fechando a introdução do seu livro *Os Bestializados :o Rio de Janeiro e a República que não foi*, mostrando o grande distanciamento no sentido da produção historiográfica de Ranke e aproximando-se de teóricos mais recentes, que ficaram de fora da análise, por não fazerem parte dos escritos, nem serem citados conceitos dos mesmos. Apenas a relação passado-presente criada por Koselleck, que é o amago do artigo, na citação nas palavras de José Murilo de Carvalho, não resta dúvidas sobre essa relação:

Embora se trate de uma investigação de natureza histórica, não resta dúvida de que o problema da cidadania continua no centro da preocupação de todos nos dias de hoje, quando mais uma mudança de regime se efetua e mais uma tentativa é feita no sentido de construir a comunidade política brasileira. A historiografia é aqui, uma vez mais, projeção de presente e instrumento de tentativa de construção da História. Diziam os positivistas que os mortos governam os vivos, o passado o presente. Ao reler a História com os olhos de hoje talvez pudéssemos dizer que os vivos governam os mortos na ilusão de poderem governar a si próprios, ou, em versão pessimista, na frustração de o não poderem fazer.¹⁸

Como podemos ver, Carvalho é extremamente consciente quanto à produção historiográfica e mesmo assim, trata no livro aqui analisado, seu objeto histórico como algo que lhe é exterior, alheio as suas próprias motivações, alheio ao seu espaço de experiência e seu horizonte de espera.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir esse artigo parece difícil, pensando por onde começar. Mas o melhor caminho parece ser o do caráter, do bom senso, do historiador preocupado como seu instrumento de vida é usado.

Concluimos que sendo a história uma representação do passado, uma criação do presente, as inquietações de quem a escreve também se encontram no presente. Usada como forma de educar, usada como arma de manipulação da realidade. Não vemos outro motivo para a obra de Carvalho ter sido escrita no ano de 2007, a não ser a preocupação de diversas esferas, dentre as quais aqui citadas, a mídia televisiva e imprensa, a favor de seus próprios interesses e temores

Vimos que em uma obra historiográfica pode conter várias formas de métodos e teorias, evidenciando a liberdade de escolha do historiador ao contar sua história, como quer Koselleck.

Esse próprio artigo se torna um espaço de experiência e um horizonte de espera, contidos nele mesmo o seu espaço-tempo históricos, próprios dele mesmo, como qualquer outra obra. O objeto histórico tratado é o sujeito que a escreve, não há possibilidade de separa-los, é uma dicotomia.

Assim, implicitamente para alguns, e esperamos não paradoxalmente, para que não venhamos mais a criar aporias – parece que vivemos uma época de “excessos de

história”, conceito nietzschiano em suas considerações extemporâneas – Ele nos informa 5 razões improficuas para esse excesso, um mais filosófico, os outros nem tanto, eis suas razões:

O excesso produz um contraste entre o interior e o exterior [...] que enfraquece a personalidade; o excesso de ciência história leva a uma época a imaginar que possui em mais alto grau do que qualquer outra a mais rara virtude, a justiça; por causa deste excesso, perturbam-se os instintos nacionais e o indivíduo e a comunidade não conseguem alcançar a maturidade; é este excesso responsável pela implantação sempre pernicioso da crença no envelhecimento da humanidade, da ideia de que já vivemos tarde de que somos epígonos ; por causa de tal excesso, uma época adota a atitude perigosa da ironia a respeito de si mesma, depois uma atitude de cinismo, mais perigosa ainda, e dentro do egoísmo prudente, que paralisa e acaba por destruir as energias vitais.¹⁹

Por quanto tempo esse excesso vai durar não sabemos, mas ele ainda se arrasta e, às vezes, parece ganhar força. E com essa reflexão vem outra que ficará sem resposta: como nos contaram os historiadores de um tempo distante?

Para os outros fins aqui expostos, para esse presente que compartilhamos, a proposta de Koselleck parece ser benéfica e fecunda para a produção historiográfica. O exemplo aqui utilizado na análise, pode ser seguido com qualquer outra obra.

Se padres abençoaram armas para matar pessoas em guerras terríveis, por que não pedir que Deus e nós mesmos, tenhamos piedade do presente que criamos. Que a experiência seja ação benéfica e a espera, realização de algo melhor.

ABSTRACT

Abstract: This article aims to the comprehension of Koselleck's historical truth; through Carvalho's book, presents evidences of the reasons which it was written; describe it by epistemological assumptions; comprehend that time and space are just one; the book itself and the year of its production. Using ethnographic methods, action research, substance analysis, bibliographical research and documental technique.

Keywords- Epistemology 1. Historical truth 2. Historiography 3. Policy 4. Press 5.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. D. Pedro II: Ser ou não Ser. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____ Os Bestializados: O rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DÉ CARLI, Gileno. Anatomia da renúncia. Maio de 1962. Edições O Cruzeiro.

KOSELLECK, Reinhart Estratos do tempo: estudos sobre a história/ Reinhart Koselleck; tradução Markus Hediger. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

_____ Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

NARLOCH, Leandro. Guia politicamente incorreto da história do Brasil/Leandro Narloch; ilustrações Gilmar Fraga. São Paulo: Leya, 2011

NIETZSCHE, Friedrich. Aurora/ tradução Antonio carlos Braga. São Paulo: Escala.

_____ Considerações extemporâneas. In: _____. Obras incompletas. Coleção Os Pensadores: seleção de textos de Gérard Lebrun. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999

PIMENTA, \Ewerton Fernando. O ressurgimento do gênero biográfico na história: definição e questionamentos. In:<http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h125/pdf>

REIS, José Carlos. A história entre a filosofia e a ciência. 3º ed. Belo Horizonte, Mg: Autentica, 2004

_____ História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade/ José Carlos Reis. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____ As identidades do Brasil2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? / José Carlos Reis – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VAN ERVEN, Domingos. 10 de janeiro/ 2009. Clube de Autores.

VERISSIMO, Luís Fernando. O mundo é bárbaro e o que nós temos a ver com isso /Luís Fernando Verissimo. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2008

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/caricaturas-do-segundo-reinado-critica-com-humor-e-ironia/> consultado em, 14 de abril de 2018.

<https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/historiadores-resgatam-episodios-de-corrupcao-no-brasil-colonia-na-epoca-do-imperio-17410324> consultado em 14 de abril de 2018

<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/veja-3-paginas-amarelas-a-sindrome-da-grande-potencia/> consultado em 03 de março de 2018

<https://www.cartacapital.com.br/politica/uma-luz-sobre-o-escandalo-da-reeleicao-de-fhc> consultado em 04 de março de 2018

<http://revistatemalivre.com/tag/jose-murilo-de-carvalho> consultado em 03 de março de 2018

<http://www.academia.org.br/academicos/jose-murilo-de-carvalho> consultado em 03 de março de 2018

<https://www.youtube.com/watch?v=s-8scOe31D0> – endereço do documentário, Muito além do cidadão Kane de 1993. Consultado em março de 2018.

9. LISTA DE CITAÇÕES

1. Citação 1, Friedrich Nietzsche no livro *Aurora (Morguenröthe)*, aforismo 307: *Facta! Ja Facta Ficta. (Fictício, sim, fato fictício)*. A tradução exposta na citação foi escolhida pela traduzida por Antônio Carlos Braga (Editora Escala), por parecer ser, além de mais literal, conter bem o sentido expresso pelo autor que em outras traduções para o português. Segue o texto original: *Ein Geschichtsschreiber hat es nicht mit dem, was wirklih geshehen ist, sondern nur mit den vermeintlichen diese haben gewirkt. Ebenso nur mit den vermeintlichen Helden. Sein ermeinliche Motive, welhe wierder Anlass zu Meinungen und Handlungen geben, derem Realität aber sofort wieder verdampft und nur als Dampf wirkt, - ein fortwährendes Zeugen und Schwagerwerden von Phantomen über den tiefen Nebeln der unergründlichen Wirklichkeit. Alle Historiker erzählen von Digen, die nie existirt haben, ausser in der vortellung.*
2. Citação 2, Reinhart Koselleck, *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*
3. Citações 3,4,5,6: José Murilo de Carvalho, *Dom Pedro II: Ser ou não ser.*
4. Citações 7, 10,12,13: Revista Veja, publicado no site em 21 de dezembro de 2007.
5. Citação 8, Gileno Dé Carli, *Anatomia da renúncia.*
6. Citação 9, Leandro Narloch, *Guia politicamente incorreto da história do brasil.*
7. Citação 14, 19: Friedrich Nietzsche, *Considerações Extemporâneas.*
8. Citação 15, José Murilo de Carvalho, entrevista concedida à revista tema livre.
9. Citações 16, 17: Ewerton Fernando Pimenta, *O ressurgimento do gênero biográfico na história: definição e questionamentos.*
10. Citação 11, Laurentino Gomes, entrevista concedida ao site o globo em 06 de setembro de 2016.